

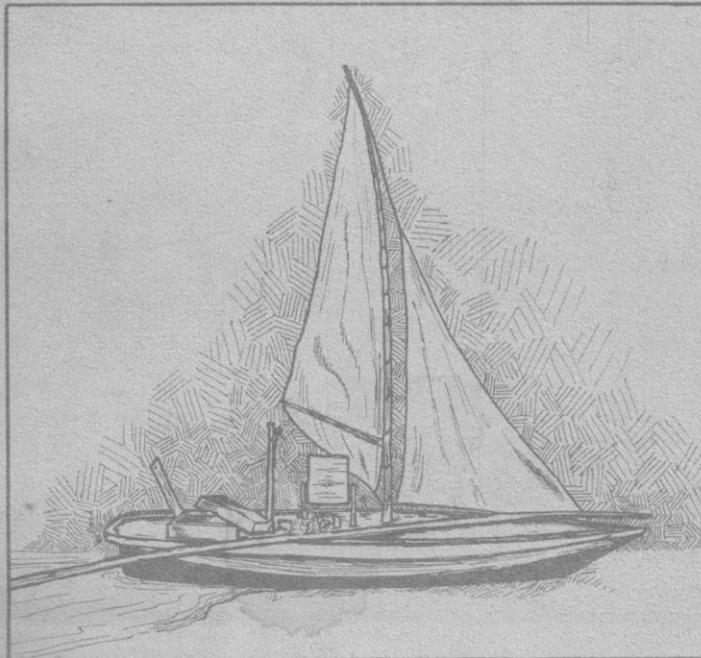
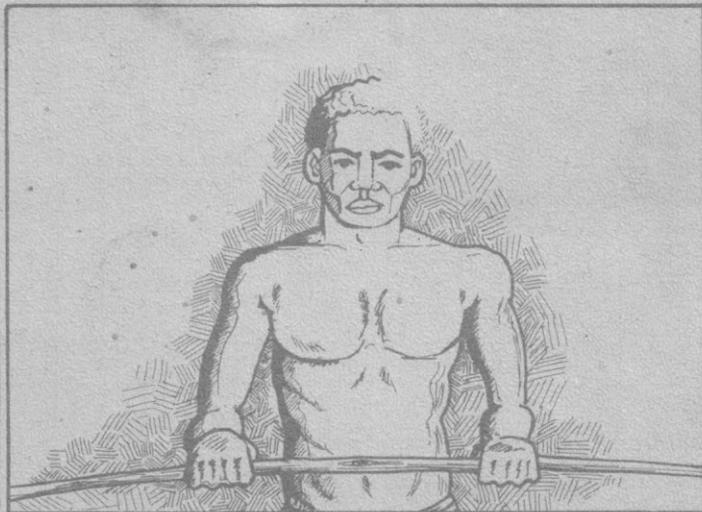


SUDEPE

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA

Vinculada ao MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

I PLANO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO-NOVA REPÚBLICA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA-SUDEPE

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA - SUDEPE

SUPERINTENDENTE: DR. PETRONILO SANTA CRUZ DE OLIVEIRA

I N D I C E

DIAGNÓSTICO.....	03
POTENCIALIDADES.....	14
UMA NOVA POLÍTICA PESQUEIRA NACIONAL.....	17
PROGRAMAS ATUAIS.....	26
PROGRAMAS PRIORITÁRIOS PARA RECURSOS ADICIONAIS.....	33
ANEXOS	
Quadro I - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL DE PESCADO.....	37
Quadro II - BALANÇA COMERCIAL DE PRODUTOS PESQUEIROS.....	38
Quadro III - EXPORTAÇÃO - IMPORTAÇÃO.....	39
Quadro IV - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTOS PESQUEIROS...	40
Quadro V - ALGUMAS INTERFACES PREVISTAS DENTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.....	41

INTRODUÇÃO

A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, ao elaborar sua contribuição para o I PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO-Nova República, buscou fazer o exame e a constatação das deficiências atualmente existentes para fixar os objetivos que pretende atingir e estabelecer a política a ser adotada no desenvolvimento da pesca brasileira.

Para tanto, faz-se necessário não somente modificar os programas atuais mas, sobretudo, conceber e elaborar novos programas afinados com os procedimentos fixados pela Nova República que visem principalmente o HOMEM.

Este plano não esquece e propõe uma vigilância permanentemente contra aquele homem que destrói, que depreda, que é destituído dos mínimos sentimentos de patriotismo. As agressões ao meio ambiente de que tanto se ressentem a pesca são um exemplo e devem ter um fim no horizonte dessa Nova República. Todavia, damos ênfase especial ao HOMEM que produz riquezas: o industrial e o pescador. Procuramos não esquecer o consumidor e, sobretudo, aquele que, marginalizado pelo sistema econômico vigente nos últimos 21 anos, sobrevive por milagre, sem condições de adquirir, pelo menos, a sua alimentação básica.

Em face da exigüidade de tempo, este trabalho representa o que melhor se poderia fazer para fixar uma nova política pesqueira dentro de um plano global, coerente e sistemático de intenções.

Dentro dessa sistemática, apresentamos o diagnóstico da situação, os programas atuais, os objetivos e os novos programas dentro da política a ser implementada, os quais deverão ser detalhados com a participação dos demais setores da sociedade.

Sendo assim optamos por não estimar metas de crescimento nem a demanda de recursos financeiros pois a fixação desses elementos depende de um conhecimento mais íntimo das demandas do setor e da capacidade de resposta institucional, sobretudo no início de uma nova ordem econômica e política como a que agora se inaugura. As potencialidades, pode-se afirmar, são inúmeras e os resultados serão imediatos, no incremento da oferta de pescado, caso haja desejo político específico.

I - DIAGNÓSTICO

Como fonte de proteína animal para consumo da população brasileira, a atividade pesqueira em nosso País tem significativa importância, com uma produção atual em torno de 850.000 t/ano, sendo superada apenas pela bovinocultura e, muito recentemente, pela avicultura.

A pesca, entretanto, como os demais segmentos produtores de alimentos básicos, não tem acompanhado o ritmo de crescimento da população - 2,7% a.a. - contribuindo com uma taxa de incremento da produção tímida de 1,16% a.a., estabilizando-se praticamente há 05 anos num patamar entre 800.000 a 860.000 t/ano.

1. PESCA ARTESANAL

Participando com índices superiores a 50% do total de pescado produzido no Brasil, a pesca artesanal - uma atividade de cunho puramente extrativo - é praticada pelas comunidades pesqueiras litorâneas e ribeirinhas .

A produção da pesca artesanal é, na sua maioria, destinada ao mercado interno, comercializada de forma in natura ou resfriada, sendo porém parte dela comercializada junto às empresas industriais, cujo destino é, em geral, o mercado externo.

Como principal indicador disponível, a importante participação da pesca artesanal no contexto da pesca brasileira pode

ser evidenciada no Quadro 01, em anexo, quando se constata que, com exceção do período compreendido entre 1978/80, a pesca artesanal sempre contribui com a maior parcela do total do pescado produzido no País.

Este baixo desempenho dos últimos anos (1980/84), com taxa de crescimento inferior ao da população brasileira, em que pe se ser um exemplo da atual estagnação do setor como um todo, é ta m bém um reflexo de uma política pesqueira direcionada, principalmente a partir de 1967, à pesca industrial, com a implementação do programa de incentivos fiscais, visando à modernização e industrialização do setor pesqueiro, em detrimento do segmento artesanal, equivocadamente marginalizado das decisões governamentais. Tal fato proporcionou, no período precedente (1970/79) um maior índice de crescimento da pesca industrial (8,05% a.a.), em relação ao da pesca artesanal (2,75%) não superando, porém, a produção hoje originária da pesca artesanal.

Por outro lado, considerando agora o período compreendido entre 1979-1985, relativo à vigência do III PND e coincidentemente com o IV PNDP, observa-se surpreendentemente, maiores incrementos na produção da pesca artesanal, revelando assim o seu potencial produtivo, ao contrário da negativa resposta traduzida, neste pe ríodo, pela pesca industrial, que recebeu maior apoio governamental. Muito embora o IV PNDP tenha reconhecido a importância da pe sca artesanal, definindo inclusive estratégias e instrumentos de apoio, lamentavelmente não foram eles concretizados como planejado.

Ademais, além de ter relevante papel na produção de alimentos para a população brasileira, a pesca artesanal apresenta um forte indicador social na medida em que gera empregos diretos a um contingente de aproximadamente 400.000 pescadores, dos quais de pe n

dem cerca de 2 milhões de pessoas, além dos empregos indiretos gerados na produção e comercialização de seus insumos básicos e na comercialização do pescado produzido.

São milhares de famílias em todo o País, envolvidas num trabalho de cunho extrativista e de alto grau de insalubridade, sem nenhuma garantia ou segurança social, apresentando graves problemas de educação, assistência médica-odontológica, previdenciário e habitacional, além de outros.

Agregue-se a isso as relações de trabalho espoliativas a que estão submetidos os pescadores quando do fornecimento dos insumos e na venda da produção gerando-lhes uma renda irrisória e mantendo-os totalmente dependentes desses agentes.

Tal situação é ainda agravada pela indisponibilidade de linhas de crédito acessíveis e adequadas ao setor pesqueiro e principalmente ao subsetor artesanal, cujos pescadores ficam à mercê do crédito rural. Já o PROPESCA - Linha de Crédito do Programa BID/SUDEPE/BNCC, com existência efêmera, não chegou a atender a demanda do setor, além de que, dadas as exigências contratuais, não se enquadrava às peculiaridades da pesca artesanal.

A falta de um dinamismo econômico maior da atividade pesqueira artesanal tem como causa central a pouca organização dos pescadores e suas baixas condições de vida, devido a toda uma problemática extremamente diferenciada, de caráter notadamente estrutural. De forma resumida, pode-se indicar alguns dos mais graves problemas que permeiam este subsetor:

Em que pese ter havido uma opção deliberada de implementação de uma política de feição "modernizante", cuidou-se de tentar enquadrar o componente pesca artesanal no "modelo" de crescimento econômico imaginado para o setor pesqueiro. No entanto, a idéia

não era que os dividendos desta política chegassem ao subsetor em questão, mas sim escamotear os verdadeiros interesses que estavam por trás da implementação da mesma. Neste sentido, a SUDEPE/PDP enveredou pelo caminho de executar algumas ações ditas de "impacto" para o subsetor artesanal que, no entanto, pela ausência de critérios, a maioria destas medidas sequer remediou os graves problemas que deveriam ser enfrentados.

Como conclusão de um diagnóstico da pesca artesanal devemos ressaltar que um dos motivos que mais contribuem para o alijamento deste segmento frente as políticas públicas é a tutela estatal sobre suas entidades representativas, as Colônias de Pescadores. Tal situação tem obstruído o processo de representação legítima da categoria dos pescadores e favorecido, em contrapartida, o surgimento de lideranças cristalizadas e pouco representativas.

A revisão deste quadro, portanto, é medida preliminar à execução de qualquer política pesqueira que, efetivamente, contemple o segmento artesanal como primeira prioridade.

2. AQUICULTURA

A situação atual da aquicultura no Brasil é resultante de uma série de fatores históricos, entre os quais podemos citar o desconhecimento inicial de espécies nativas que se prestassem ao cultivo comercial, bem como de tradição tanto na criação quanto no consumo de pescado.

O desenvolvimento dessa recente atividade sofre da falta de uma política nacional diretora.

São inúmeros órgãos e instituições atuando no setor-empresas de pesquisas agropecuárias, Universidades etc.- sem uma interação eficiente, causando uma dispersão de esforços; desenvolvemen

do pesquisas paralelas sem intercâmbio de informações.

Outra questão, de igual importância, refere-se à existência de um grande número de projetos de aquicultura implantados com base em dados resultantes de tecnologia importada, não devidamente adaptada, de experimentos realizados em condições diferentes das praticadas em escala econômica, originando gargalos tecnológicos com graves repercussões para o seu desempenho econômico.

Por fim, poderíamos citar a identificação de uma demanda reprimida de alevinos, post-larvas, girinos etc. devido a uma produção ainda em pequena escala.

Entretanto, mesmo com os entraves supracitados, a aquicultura tem evoluído significativamente, principalmente na última década, despertando um grande interesse no setor privado pela aquicultura, forçando órgãos públicos a implantar unidades de apoio (produção de insumos) que viessem também proporcionar assistência técnica. Tem permitido assim uma melhor visualização do grande potencial hídrico do País e da possibilidade de utilização do mesmo para produção de proteína animal a baixo custo.

Em função do exposto, acreditamos ser de extrema importância a eliminação dos obstáculos mencionados para o pleno desenvolvimento do setor, já que o mesmo se evidencia como altamente promissor no combate à desnutrição do País.

3. PESQUISA

Como resultado da política econômica adotada pelo Governo Federal, o setor de pesquisa pesqueira se viu bastante prejudicado, sobretudo a partir do ano de 1975, na medida em que os recursos financeiros programados, já dentro de uma linha de contenção de despesas, vêm desde esse período sendo seriamente reduzidos, causando uma solução de continuidade nos trabalhos já iniciados e impossibilitando a implantação de novos projetos. Em alguns casos, os recursos têm sido distribuídos em uma gama demasiado ampla de projetos, prejudicando os resultados de todos eles, uma vez que a cada projeto cabem recursos insuficientes para que gerem resultados aceitáveis.

A essa dificuldade de recursos deve-se agregar a multiplicidade de políticas para o setor implementadas por outros órgãos, tais como a CIRM, CNPq, IPqM, etc., o que prejudica a adoção de uma política unificada para o setor. Este fato é ainda agravado pela falta de entrosamento entre estes órgãos, com atribuições específicas, ensejando decisões arbitrárias e isoladas, atendendo muitas vezes interesses parciais à margem das reais necessidades do setor pesqueiro.

A pesquisa pesqueira funciona como instrumento gerador de tecnologia e orientador das normas de administração da pesca. É, portanto, de importância fundamental para uma exploração racional dos recursos pesqueiros. Este último segmento, sobretudo, encontra-se prejudicado, entre outros aspectos, pela carência de estruturas físicas de apoio que possam dar suporte à execução das pesquisas necessárias. Tal situação reduz o campo de investigação, prejudica a sua qualidade e impede a consolidação da estrutura organizacional da pesquisa.

À parte dos entraves aqui abordados, alguns significativos resultados de pesquisa foram alcançados mas necessitam, ainda, de ser adequadamente complementados para atingir o público final. Por seu turno, outras pesquisas, já finalizadas, estão prestes a ser implementadas com o serviço de extensão repassando os resultados obtidos aos usuários com vistas à plena utilização prática dos conhecimentos adquiridos.

4. CONTROLE E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS

Há uma estreita relação entre o baixo desempenho da pesca nacional com a sua produção estabilizada nos últimos anos e a redução dos estoques pesqueiros estuarinos, oceânicos e de águas interiores. E as razões são múltiplas.

A política de industrialização da pesca, adotada a partir de 1967, por sua natureza, estimulou a concentração do esforço de pesca sobre um número reduzido de espécies, em particular aquelas destinadas à exportação como a piramutaba, a lagosta, o camarão, o pargo, sardinha e atum, todas com os seus estoques hoje ameaçados.

A concorrência, em muitos casos, da pesca de tipo industrial, em áreas anteriormente manejadas de forma menos intensiva pelo pescador artesanal - sem a concomitante ação pública reguladora e a enorme agressão ambiental que têm sofrido as águas costeiras, as águas interiores e sistemas estuarinos - tem deixado graves sequelas sociais sobre a pesca. A mais importante entre elas é o sensível aumento da incidência de práticas predatórias não só pela pesca industrial mas igualmente pela artesanal, que se vê compelida a fazer isto para tentar recuperar a queda das suas rendas e acaba por contribuir para diminuição dos estoques pesqueiros.

Esse quadro crítico ensejou uma ampliação dos trabalhos

de fiscalização, executados apenas mediante ação coercitiva ou punitiva o que torna a medida ineficaz e parcial vez que penaliza fundamentalmente o pescador artesanal com normas injustas.

Por conseguinte, há que se garantir as condições necessárias à compensação das perdas de receita da pesca artesanal; dar-se prioridade às medidas de cunho educativo, via entrosamento do atual sistema de fiscalização com a extensão pesqueira; e fortalecer a política de meio ambiente para assegurar o emprego de técnicas modernas para o manejo hídrico.

5. PESCA INDUSTRIAL E INDÚSTRIA PESQUEIRA:

A indústria pesqueira nacional somente adquiriu forma consistente a partir de 1967, com o advento dos incentivos fiscais que possibilitaram a consolidação de um parque industrial pesqueiro moderno.

O acesso aos incentivos fiscais de forma acriteriosa levou ao crescimento desordenado do parque industrial, que concentrou em certas regiões elevada capacidade instalada de processamento, em detrimento do processo de captura e comercialização do pescado.

O aspecto de ociosidade conjugado à falta de créditos específicos para custeio do ciclo operacional (capital de giro), à escassez de matéria-prima e à falta de tradição da maioria dos empresários na atividade pesqueira, gerou a necessidade de uma reestruturação da política de incentivos fiscais voltados para a indústria da pesca. Objetivando corrigir as distorções surgidas no financiamento do parque industrial pesqueiro, a SUDEPE, com os incentivos fiscais, implantou a política de saneamento do setor, através de estímulo a fusões, incorporações e aquisição de controle acionário das empresas, com vistas ao seu fortalecimento via economias de escala. Entretanto, a forma como foi conduzido o processo de saneamen

to não permitiu que os objetivos propostos fossem atingidos.

As indústrias de pesca, de modo geral, têm operado com uma taxa de ociosidade de 75%, embora gerem atualmente 31 mil empregos diretos.

Simultaneamente ao crescimento da indústria pesqueira desenvolveu-se a pesca industrial, se bem que numa velocidade inferior à do setor de processamento, visto se tratar de um segmento com menor taxa de rentabilidade.

Com suas atividades voltadas quase que exclusivamente para a captura de espécies como a piramutaba, camarão, pargo, lagosta, sardinha, pescado, pescadinha, castanha, corvina, cavalinha, atuns, e afins, a pesca industrial nacional registra hoje um certo esgotamento nos recursos tradicionalmente explorados. No caso da pesca de tunídeos, a captura é realizada parcialmente pela frota estrangeira arrendada.

Com a crise do petróleo e a conseqüente falta dos combustíveis e derivados, a pesca industrial vem enfrentando dificuldades crescentes para operar sua frota, uma vez que esse item corresponde a, aproximadamente, 70% do custo de captura.

O crédito rural poderia ser uma solução, no entanto observa-se que os recursos a ele alocados estão muito aquém das necessidades previstas. Vê-se que a participação do crédito rural para a pesca, dentro do setor agrícola, não chega hoje a atingir 1%.

O desestímulo que atinge a pesca industrial, pelo efeito conjugado de custos altos de captura, falta de crédito e redução dos estoques pesqueiros, tem obrigado a uma redução dos investimentos nessa área tornando a frota gradualmente desaparelhada e aumentando a idade das embarcações acima do desejável.

6. COMERCIALIZAÇÃO

6.1. MERCADO INTERNO

O processo de comercialização do pescado apresenta-se bastante deficiente para corresponder às necessidades do abastecimento interno, em virtude da precária infra-estrutura física e institucional existente - poucos entrepostos de pesca, postos de venda, frigoríficos, fábricas de gelo e outras infra-estruturas inadequadas e sem boas condições de funcionamento.

Isso acarreta graves problemas na regularidade do abastecimento do pescado e no processo de comercialização.

A precária infra-estrutura faz com que o pescado, até chegar o consumidor, sofra perdas e depreciações dos padrões de qualidade e conservação, com prejuízo, portanto, para o produtor e o consumidor.

O gelo, elemento essencial para auxiliar a conservação do pescado, geralmente não é oferecido em quantidades suficientes, o que vem agravar ainda mais os problemas existentes na comercialização.

Na grande maioria dos Estados brasileiros, a comercialização do pescado ainda se processa de forma primária, tendo o produto que passar por muitos intermediários, até chegar ao consumidor final. Essa sucessão de canais por onde o pescado passa, além de onerar o preço do produto, diminui seu padrão de qualidade, penalizando tanto o produtor como o consumidor.

No que concerne ao fluxo da comercialização do pescado, em termos nacionais, verifica-se certa dificuldade na sua consolidação, uma vez que este sistema ainda se encontra em fase de formação. Existe grande heterogeneidade regional em termos de formas de comercialização (tanto na pesca artesanal como industrial) e quanto à localização de plan

tas industriais e da infra-estrutura de apoio necessária à produção pesqueira; concentradas essencialmente na Região Sudeste/Sul.

6.2. Mercado Externo

O intercâmbio comercial de produtos pesqueiros entre o Brasil e o mercado externo, nos últimos quinze anos (1970/1984), se manteve globalmente favorável, tanto nas quantidades comercializadas como nos resultados em divisas (vide tabela em anexo).

Não obstante o bom resultado, a balança comercial destes produtos apresentou, nos seis primeiros anos (1970/1974), déficits da ordem de US\$ 6.935.000,0 a US\$ 18.685.000,0; prejuízos esses compensados pelos excelentes superávits verificados nos nove anos subsequentes, chegando, em 1984, a significar cerca de US\$ 144.000.000,00.

Quanto às quantidades trocadas, as exportações brasileiras apresentaram uma evolução de 10.000 para 58.000t com um crescimento médio de 14% a.a, e as importações foram reduzidas de 110.000t (quantidade máxima do período, verificada em 1975) para cerca de 34.500t em 1984, ocasionando um decréscimo médio de 1,7% a.a.

Mesmo diante de um quadro alentador, a situação do intercâmbio comercial de pescado poderá tornar-se mais promissora para o Brasil caso se desenvolva um projeto especificar para incrementar essas exportações de forma a sanar certas deficiências que permanecem, tais como: intermediação nas vendas, concentração das vendas em poucos mercados, pequena diversificação de produtos e baixo valor agregado.

II - POTENCIALIDADES

Como é de conhecimento amplo, o mar territorial brasileiro não é excessivamente piscoso por se tratar de um ecossistema marinho tropical e subtropical, de apenas relativa produção primária. Nem tampouco as nossas 8 grandes bacias hidrográficas estão entre as mais produtivas. Pode-se afirmar, contudo, que a produção pesqueira tem boas condições de crescer, saindo das atuais 860 mil t/ano e atingir, grosso modo, patamares sustentáveis entre 1400 mil t e 1700 t explorando, racionalmente, apenas os recursos marinhos encontrados até 200 m de profundidade.

Estima-se, por outro lado, que a ampliação do esforço da pesca extrativa sobre as bacias hidrográficas careceria ainda de um estudo mais detalhado das suas potencialidades subexploradas, haja vista que temos alguns indícios sérios em contrário, como a queda de piscosidade da Bacia do São Francisco e do Prata e o suposto atingimento do máximo sustentável pela Bacia Amazônica.

Em contrapartida, no que se refere ainda às águas continentais e estuarinas tem-se vasta perspectiva - imensurável no presente - com o desenvolvimento da aquíicultura, se tomarmos apenas o potencial hídrico represado no País, entre barragens públicas e privadas, além dos açudes de fazenda (estes inundavam, até 1979, 3.500.000 hectares) excluídas as barragens de Sobradinho, Itaipu e outras em construção na época.

Como podemos ver na relação a seguir, os recursos pesqueiros marítimos inexplorados e subexplorados, por espécie e região, representam uma possibilidade, a curto prazo, para reduzir os problemas de ociosidade da indústria pesqueira das Regiões Sul e Sudeste bem como a viabilidade de expandir a produção de pescado para consumo popular nas Regiões Nordeste e Norte? encontram pronta viabilidade.

REGIÃO NORTE

DEMERSAIS: Corvina, pescadas, bagres, camarões de profundidade, caranguejos, mexilhões.

PELÁGICOS: Atuns e afins, cações.

REGIÃO NORDESTE

DEMERSAIS: Polvo, algas, etc.

PELÁGICOS: Atuns e afins, cações, peixe voador, cangulo.

REGIÃO SUDESTE

DEMERSAIS: Camarões de profundidade, algas etc.

PELÁGICOS: Cavalinha, xixardo.

REGIÃO SUL

DEMERSAIS: Caranguejo, camarões de profundidade, galo de fundo, lula.

PELÁGICOS: Anchoíta, peroá, atuns e afins.

Os índices de produtividade da piscicultura nacional, embora seja ela um sistema produtivo recente, ilustram a sua capacidade como excelente fonte geradora de proteína animal, o que representa uma solução, a curto prazo, para reduzir a carência alimentar da nossa população.

Em regime semi-intensivo, consorciada com a suínocultura - 10 suínos/ha de água - encontramos uma produtividade para a piscicultura da ordem de 4.000 a 5.000 kg/ha/ano para a Tilápia no Nordeste e, para a Carpa, nas regiões de temperatura menos elevada. Já os estudos do DNOCS indicam que a produtividade média dos açudes da região nordestina atinge 100 kg/ha/ano, considerada uma das mais altas do mundo no sistema extensivo.

A rizipiscicultura é outro sistema de produção que poderá contribuir, dentro de pouco tempo, para um incremento substancial da produção de pescado fresco no interior do País.

O PROVÁRZEAS, programa em execução, está incorporando 1.000.000 hectares à produção agrícola, dos quais 50% serão utilizados com arroz irrigado. Aí poderá desenvolver-se o sistema de cultivo de peixes na entressafra com o aproveitamento, inclusive, dos canais de abastecimento e drenagem.

A SUDEPE, neste sentido, já vem desenvolvendo trabalhos no campo desde 1982, e o DNOCS desde 1978.

Outro segmento importante que deveria merecer uma atenção crescente nos próximos anos é o processamento de algas, encontradas em grandes quantidades ao longo de todo o litoral brasileiro, como fonte de diversificação das atividades da pesca artesanal. Embora os estudos sobre as potencialidades desse produto sejam insuficientes é possível apontar:

- Algas produtoras de Agar Agar (Gracilaria, Hypnea) no Nordeste particularmente Ceará e Rio Grande do Norte.

- Algas produtoras de alginatas (Laminárias) com maior incidência nos Estados do espírito santo e do Rio de Janeiro.

- Algas calcáreas, utilizadas como corretivo de solo e como fonte de micronutrientes, com ampla incidência no litoral brasileiro.

III - UMA NOVA POLÍTICA PESQUEIRA NACIONAL

A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, responsável pela política pesqueira a nível nacional, não fugiu à regra dos demais órgãos públicos federais, agenciando com fidelidade as diretrizes que nortearam a política econômica nessas duas últimas décadas. Assentou sua ação, também, no tripé modernização, industrialização e exportação, adotando, na maioria das vezes, um planejamento centralizado e tecnocrático, isto é, não participativo e descolado das tensões sociais geradas pelo setor. Desta maneira que a Autarquia se viu descomprometida, na prática, com os enunciados sociais relativos à pesca artesanal contidos nos seus últimos planos nacionais de desenvolvimento pesqueiro. Isso explica, em parte, a ausência de uma estratégia eficiente, duradoura e coerente com os problemas emergenciais e estruturais do setor pesqueiro.

A responsabilidade da Nova República em corrigir essas distorções é contingência imediata. A SUDEPE tem determinação e consciência de que a sua prioridade primeira é a de eliminar os óbices que impedem a retomada do crescimento da produção pesqueira e atender, sem demora, o artesanato pesqueiro, mais duramente atingido pela crise econômica que gera marginalização social e êxodo permanente.

Vale dizer que a opção é por um crescimento, definido como uma melhoria constante do bem-estar de toda a população envolvida, com base na plena participação no processo de desenvolvimento em uma distribuição equitativa dos benefícios dele derivados. Tem de ser considerado, portanto, como um processo multidimensional com objetivos econômicos (aumento da produção), sócio-políticos (distribuição da riqueza e participação nas decisões da política setorial) e ecológicos (economia racional sobre um recurso natural renovável).

A SUDEPE, dentro dessa linha de ação, definiu doze (12) grandes objetivos cujo atingimento deve produzir mudanças positivas sobre o perfil atual do setor dentro do período estimado.

- 1 - Modernização administrativa da SUDEPE com ênfase na utilização crescente do instrumental de planejamento e concomitante ação gradual de descentralização da sua administração, agilizando e imprimindo maior eficiência às funções de execução e coordenação.
- 2 - Estimular a auto-organização e autopromoção do pescador artesanal como forma de melhorar a sua qualidade de vida e ampliar, por decorrência, seus padrões de produtividade.
- 3 - Racionalizar e ampliar a eficiência técnica da pesca extrativa, mediante implementação de tecnologias apropriadas às particularidades regionais, além de medidas que promovam a economia de combustível e de uma regulamentação adequada para uso dos recursos pesqueiros.
- 4 - Fomentar a aquicultura promovendo o seu aproveitamento econômico e desenvolvendo novas pesquisas, mormente sobre espécies de consumo popular.
- 5 - Dar maior amparo à pesquisa, fortalecendo especialmente a área de biologia pesqueira - informação fundamental a uma correta administração dos recursos pesqueiros disponíveis.
- 6 - Desenvolver uma política de aproveitamento racional da capacidade industrial instalada e, por consequência, reequilibrar a infra-estrutura de captura estimulando a pesca oceânica, quando não comprometer as prioridades assumidas.
- 7 - Melhorar o sistema de comercialização e de distribuição do pescado, assegurando qualidade e preços mais remunerados a nível do pescador e mais acessível a nível de consumidor.

- 8 - Estimular as exportações pelo desenvolvimento de novos mercados e linhas de produção.
- 9 - Explorar novos recursos pesqueiros para atender aos mercados consumidores regionais, de modo a reduzir o fenômeno "passeio do pescado" - das Regiões Sul/Sudeste para as Regiões Norte/Nordeste.
- 10- Desenvolver e ampliar a eficiência técnica e comercial da estrutura de processamento.
- 11- Preservar os recursos hídricos e hidróbios garantindo a continuidade e a possibilidade de incremento da aquicultura e da pesca extrativa.
- 12- Ampliar a oferta de emprego com a correspondente elevação do nível de vida da população pesqueira.

O atendimento, com eficiência, desses objetivos depende da possibilidade de desenvolver plenamente um conjunto de ações novas, além de fortalecer outras já implementadas, dentro dos seis grandes eixos de atuação da SUDEPE.

1. PESCA ARTESANAL

Este segmento merecedor de absoluta prioridade deverá fortalecer o espírito associativo como meio essencial para o desdobramento das demais atividades engajadas para a melhoria do perfil sócio-econômico desses pescadores. Assim, pois, serão desenvolvidas ações de forma concomitantes, tais como:

- 1.1. aplicando os novos conhecimentos gerados pela pesquisa sobre os estoques para o artesanato pesqueiro, de forma a dirigir essa atividade às áreas/espécies subproveitadas e limitando o acesso a áreas/espécies sobreproveitadas;
- 1.2. contribuindo para a modernização dos meios de produção bem co

- mo da tecnologia da pesca, considerando a reestruturação/ampliação das atividades pesqueiras mencionadas acima (1);
- 1.3. reativando/reabilitando as infra-estruturas de comercialização existentes (inclusive fábricas de gelo);
 - 1.4. procedendo a modificações na legislação pesqueira (Código de Pesca) e Legislação Previdenciária, de modo a atender os anseios dos pescadores;
 - 1.5. favorecendo o redirecionamento das funções e base organizativa das entidades representativa dos pescadores de modo a torná-las autênticas e capazes de efetivamente defender os interesses da categoria;
 - 1.6. aproveitando sistematicamente as possibilidades da aquicultura, prioritariamente ao nível de pequeno produtor, tanto das espécies estuarinas, como das espécies da água doce;
 - 1.7. aproveitando sistematicamente as possibilidades de peixamento em águas interiores (açudes), o que inclui o aumento da produção de alevinos;
 - 1.8. reorganizando, onde for necessário e possível, o processo de comercialização, visando a reduzir os seus custos e, quando for possível, através do fortalecimento do associativismo/cooperativismo no setor da pesca artesanal;
 - 1.9. iniciando uma colaboração estreita entre a política pesqueira e as diferentes políticas sociais das respectivas instituições/órgãos envolvidos, nas áreas de saúde, habilitação, saneamento, educação, transporte e comunicação;
 - 1.10. com a criação de linhas de crédito de fácil acesso para a pesca artesanal, em função das atividades/políticas concebidas para o setor;

- 1.11. mobilizando os recursos de outras instituições, federais e estaduais, a fim de aplicá-los em ação conjunta e coordenada em prol do desenvolvimento da pesca e aquicultura artesanal.

2. AQUICULTURA

No que respeita a esse segmento, o atingimento dos objetivos se fará:

- 2.1. aproveitando áreas inundadas e/ou impróprias à agricultura, para criação de organismos aquáticos, incorporando-as ao processo produtivo (açudes, áreas de rizicultura inundada etc.);
- 2.2. proporcionando assistência técnica especialmente a pequenos produtores, orientando-os quanto às técnicas de manejo em aquicultura e mostrando as vantagens dessa forma de diversificação de atividades;
- 2.3. desenvolvendo a piscicultura no Brasil através da conclusão e adequação de estações visando a maximizar a produção de alevinos;
- 2.4. desenvolvendo mecanismos capazes de proporcionar uma adequada comercialização do pescado cultivado;
- 2.5. estimulando a aquicultura junto aos projetos de assentamento e colonização;
- 2.6. instituindo e/ou operacionalizando linhas de crédito específicas para o setor, com tratamento diferenciado, em face do pioneirismo da atividade.

3. PESQUISA

Mais que em qualquer outro setor a pesquisa na pesca é o instrumento mais importante para garantir o seu desenvolvimento racional e auto-sustentável. Trata-se da economia de um recurso natural renovável, sujeito a uma depauperação perigosa quando o homem intervém nesse ecossistema físico-químico e biológico. No entanto, é reconhecido o apoio limitado que tem recebido e a pouca contribui

ção que tem dado para o aumento da produção e da produtividade das pescarias.

Tendo em conta esses aspectos procurar-se-á concentrar os esforços nos itens seguintes:

- 3.1. aumentando a produtividade das pescarias através da introdução de melhorias das atuais e/ou introdução de novos métodos de captura, principalmente da pesca artesanal;
- 3.2. identificando novas espécies passíveis de exploração, no Nordeste, para reduzir as importações de pescado do Sul; no Sul e Sudeste, para diversificar as capturas da pesca industrial, buscando aliviar, ao mesmo tempo, os estoques pesqueiros da costa para a pesca artesanal e diminuir as taxas de ociosidade da indústria pesqueira; no Norte, para uma exploração racional dessa frente pesqueira pioneira;
- 3.3. desenvolvendo tecnologias que viabilizem a captura de espécies subexploradas e inexploradas;
- 3.4. através do repovoamento de ambientes naturais, revigorando a produção pesqueira de águas continentais e, de forma especial, a produção de camarão em áreas estuarinas;
- 3.5. realizando pesquisas de ecologia dos principais ecossistemas aquáticos;
- 3.6. efetuando acompanhamento sistemático dos níveis bioeconômicos de exploração dos principais estoques capturados e o fortalecimento da política de encontros nacionais, à semelhança dos Grupos Permanentes de Estudos-GPE's, objetivando manter um diagnóstico atualizado das principais pescarias do Brasil para subsidiar a SUDEPE nas suas decisões;
- 3.7. fortalecendo os Centros de Pesquisa existentes (CERLA e CEPENE) e dando condições para a implantação dos Centros na Região Norte (CEPNOR) e Sul/Sudeste (CEPSUL);

- 3.8. reduzindo as perdas de pescado ocorridas devido ao manuseio inadequado a bordo e em outros estágios com o incremento de estudos em tecnologia de pescado;
- 3.9. procedendo a estudos de aproveitamento da fauna acompanhante da captura com rede de arrasto;
- 3.10. realizando pesquisas dirigidas à elaboração de novos produtos, principalmente para atender programas governamentais de alimentação;
- 3.11. aperfeiçoando o fluxo de comercialização;
- 3.12. implementando estudos visando à melhoria das condições sócio-econômicas do pescador;
- 3.13. fortalecendo, na SUDEPE, a coordenação da política nacional de pesquisa e os recursos financeiros destinados a esse fim;
- 3.14. fornecendo à pesquisa pesqueira realizada pelo Governo Central uma estrutura flexível, administrativa e financeiramente, e capaz de atender aos anseios do setor com a eficiência requerida;

4. CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS E FISCALIZAÇÃO

Nesse caso, a estratégia a ser desenvolvida para a consecução dos objetivos consistirá:

- 4.1. no fortalecimento da Campanha Nacional de Conservação dos Reursos Pesqueiros e Incentivo à Fiscalização;
- 4.2. na melhoria dos sistemas de Fiscalização e Registro Geral da Pesca, objetivando maior arrecadação de recursos provenientes do pagamento de taxas, tarifas e emolumentos;
- 4.3. no maior esforço junto às autoridades governamentais para que o setor seja contemplado com maiores recursos;

- 4.4. na elaboração de estudos visando à alteração da estrutura organizacional do sistema de fiscalização - não só dos recursos pesqueiros como também de todo o sistema de proteção do meio ambiente, envolvendo todos os segmentos a ele vinculados: IBDF, SEMA, SENAD/MA, Batalhões Florestais e Mananciais;
- 4.5. na execução constante de Cursos de Formação e Aperfeiçoamento do Agente de Inspeção da Pesca;
- 4.6. na introdução de disciplina sobre conservação ambiental nos programas do MOBRAL e escolas localizadas em áreas de importância pesqueira;
- 4.7. na coordenação e colaboração com o Serviço de Extensão Pesqueira, para divulgação da legislação e razões de sua elaboração;
- 4.8. no aceleramento da discussão e aprovação do novo Código de Pesca, em substituição ao Decreto-Lei 221/67; e
- 4.9. observando rigorosamente o preceito de auscultar previamente a comunidade científica, associações e órgãos responsáveis pelo meio ambiente e, em particular, os pescadores e demais agentes envolvidos diretamente no setor, a fim de fixar normas e procedimentos para administração dos recursos pesqueiros.

Além disso, deverá ser programada a instalação de 270 Postos Fiscais e a formação de 2700 Agentes Fiscais de Pesca.

5. INDÚSTRIA PESQUEIRA E PESCA INDUSTRIAL

Esse ramo da pescanacional deverá ter seu desempenho melhorado através:

- 5.1. do fomento, de forma controlada, à pesca oceânica, diversificando as atuais capturas, substituindo gradualmente os barcos arrendados por nacionais e aumentando os rendimentos das pescarias nacionais, em particular de atuns e afins;
- 5.2. da promoção de entrosamento entre as indústrias com vistas ao mercado de complementação industrial, de forma a possibilitar a melhor utilização da capacidade instalada objetivando o incremento da produção;
- 5.3. de um maior rigor nas medidas de defesa e fiscalização de for

ma a garantir a continuidade da captura de espécies sobreexploradas;

- 5.4. da diversificação das exportações ;
- 5.5. de medidas que permitam maior agregação de valor às exportações, com especial atenção sobre o atum e a lagosta;
- 5.6. de uma política que vise a estreitar o relacionamento comercial entre empresários nacionais e estrangeiros com vistas a evitar a intermediação viabilizando o incremento e diversificação das exportações - otimizando as vantagens comparativas.

6. ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE PESCADO

Trata-se aqui, basicamente, de ampliar a oferta de pescado às populações mais carentes mediante:

- 6.1. a extensão da política de formação de estoques reguladores de produtos como o pescado, facilitando a ação da COBAL, com o uso posterior desses estoques;
- 6.2. o tratamento diferenciado da política de preços mínimos quando se tratar de cooperativas, entrepostos ou terminais que, comprovadamente, atuem exclusivamente com o artesanato pesqueiro;
- 6.3. A intensificação de ações conjuntas SUDEPE/COBAL no sentido de promover a comercialização do pescado através dos Programas da COBAL;
- 6.4. o estímulo por parte da SUDEPE, pelas suas Coordenadorias Regionais, no sentido de promover convênios entre prefeituras com programas sociais de abastecimento e de apoiar formas associativas de pescadores artesanais atuando na comercialização de pescado;
- 6.5. a incorporação da rede de entrepostos e terminais, sob responsabilidade da SUDEPE, nos programas de alimentação do Governo, em especial no Programa de Merenda Escolar;
- 6.6. aproveitamento imediato da fauna acompanhante da pesca de arrasto.

IV - PROGRAMAS ATUAIS

Os instrumentos econômicos básicos da SUDEPE são três atualmente: AJUSTE SUDEPE/BIRD/EMBRATER; o Programa de Desenvolvimento Pesqueiro - PROBID e o Fiset-PESCA. Dois destes são produto de Contratos de Crédito Externo com prazo final para 1985. É imprescindível, para a continuidade das atividades da Superintendência, dentro de uma nova concepção de desenvolvimento pesqueiro, que ambos sejam renegociados favoravelmente.

A ausência, portanto, de algum desses instrumentos de apoio financeiro que têm permitido um suporte continuado do fomento pesqueiro, segundo as especificidades do setor, poderá estrangular de forma irreparável toda essa economia.

Por último, deve-se dizer que, ao lado desse fortalecimento financeiro, a consecução dos atuais programas, sob outros critérios, passa pelo saneamento das deficiências administrativas da instituição. Além disso deve-se reparar a perda orçamentária substancial a que foi submetida a SUDEPE nos últimos anos.

1. VALORIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL

A ativação desse Programa foi idealizada sob a concepção de "modernização" do subsetor, e ao mesmo tempo, "compensação" ao processo de marginalização do segmento artesanal desde a implantação da política dos incentivos fiscais que privilegiava o subsetor industrial. Dado o marco político que norteava a criação da Extensão Pesqueira, a inserção deste Programa foi realizada dentro do prisma tecnológico/aumento da produtividade desprezando todo um contexto sócio-cultural que influenciava o desenvolvimento do artesanato pesqueiro.

A introdução deste instrumento sob tal enfoque não chegou a causar substancial "impacto" no produto da atividade pesqueira artesanal.

Independente desta situação, o Serviço de Extensão passou por vários processos administrativos descontínuos (SUDEPE, SUDEPE/ABCAR, SUDEPE/EMBRATER, SECRETARIAS DE AGRICULTURAS DOS ESTADOS) e não viabilizou uma política consistente de seleção/recrutamento/capacitação de pessoal, o que impediu o cumprimento dos seus objetivos.

1.1. COOPERATIVISMO

No Brasil existem aproximadamente 400.000 pescadores artesanais sendo que apenas 1,1% são associados às cooperativas de pesca e, ainda deste percentual, somente 0,5%, aproximadamente, são atuantes.

Composto por 40 Cooperativas, inscritas regularmente no INCRA, agrupam, estimativamente, a tímida cifra de 5.500 associados. No triênio 82/84 foram aplicados recursos a fundo perdido através do Ajuste SUDEPE/EMBRATER/BIRD, sem qualquer critério ou estratégia de apoio aos pequenos produtores. Resultou, afinal, que, neste programa, apenas obtiveram acesso aos recursos as grandes cooperativas de armadores de pesca. Tal orientação significa uma verdadeira desconsideração com o incipiente sistema cooperativista pesqueiro, deixando como saldo atual o mesmo quadro da situação anterior: 90% das Cooperativas permanecem desassistidas e numa situação de absoluta precariedade.

1.2. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PESQUEIRO-BID

Com o advento do Programa BID/PROPESCA, ainda que se propiciasse alguma melhoria na oferta de crédito, ocorreu simplesmente a continuidade de "modelo" de política configurado pelas chamadas medidas de "impacto". A Linha de Crédito PROPESCA investiu uma soma de 21 milhões de dólares no subsetor e orientou esta aplicação somente visando à modernização dos instrumentos de captura (embarcações e equipamentos), deixando intocados quaisquer dos problemas relacionados às áreas de comercialização do pescado e condições sociais

dos pescadores. Evidentemente, diante de tal situação, ainda que tenha havido aumento do produto da pesca artesanal, fruto destes investimentos realizados, a renda do subsetor, mais uma vez, foi apropriada por setores vinculados ao sistema de intermediação, presente na comercialização do pescado.

1.3. CIDADES DE PORTE MÉDIO/REGIÕES METROPOLITANAS-CPM/RM

A política preconizada pelo PECPM/RM visa à descentralização dos fluxos migratórios e, para tanto, deveria atuar na pesca com o objetivo de gerar e melhorar as condições de trabalho e de renda do pescador artesanal e integrá-lo à economia urbana.

Para atingir tais objetivos o Projeto envolve diversos órgãos do Governo Federal e busca fazer com que os subprojetos específicos sejam elaborados em conjunto com a comunidade.

Hoje, quando se aproxima o encerramento da primeira fase do projeto, tem-se algumas cidades contempladas, entre elas, Florianópolis, Pelotas, Natal e Vitória, mais as regiões metropolitanas de Recife, Fortaleza e Salvador. Como ainda não se iniciou a fase de avaliação de impactos, não se pode estimar, definitivamente, se o PECPM obteve ou não o sucesso no atingimento dos seus objetivos. Entretanto, por se tratar de uma rara possibilidade de destinação de recursos para criação de infra-estrutura de apoio à pesca artesanal, recomenda-se a manutenção deste instrumento em uma segunda fase que deverá atingir diversas outras cidades de porte médio.

2. AQUICULTURA

Programa de Fomento à Aquicultura

Produto de ações isoladas e, sem critério nem prioridades bem delineados, captou boa parte dos recursos financeiros (US\$ 22,5 milhões) à disposição da SUDEPE, nos últimos anos, mormente no cultivo do camarão marinho - Penaeus japonicus. O cultivo desse ca

marão carece, até o presente, de resultados econômicos satisfatórios. Embora já tenham sido tomadas medidas concretas para sanar os problemas da baixa produtividade mediante o empenho concentrado da pesquisa, os investimentos nessa área deverão merecer estudo mais aprofundado, antes de serem retomados.

Quanto ao peixamento de açudes do Nordeste, a SUDEPE, em convênio com o DNOCS, contemplou 9.772 açudes em 622 municípios com 11,6 milhões de alevinos. Dado o seu relevante alcance social, esse subprograma deverá ser ampliado e aperfeiçoado com prioridade. Igual tratamento deverá ter o cultivo de peixes e alguns segmentos da maricultura que viabilizem a exploração familiar.

3. PROGRAMA DE PESQUISAS

Mais que em qualquer outro setor, a pesca tem na pesquisa o seu principal instrumento para garantir o desenvolvimento racional e sustentável dos recursos naturais renováveis, sujeitos a depredação caso não se conheçam as condições físico-químicas e biológicas da reprodução dos estoques, bem como as condições sócio-econômicas dos pescadores.

O segmento pesquisa tem recebido apoio limitado e contribuído pouco para o aumento da produção e produtividade das pescarias. Assim é indispensável a continuidade das linhas de pesquisa abaixo descritas:

3.1. Biologia Pesqueira - tem como objetivo a obtenção sistemática e análises de informações biológicas sobre as espécies aquáticas, seus padrões de exploração e evolução dos níveis de captura e esforço de pesca. Dentro deste projeto é imprescindível que seja dada continuidade aos estudos de dinâmica de populações dos estoques de maior significado econômico, quais sejam, lagosta, pargo, atuns e afins, piramutaba, camarões, sardinha, peixe demersais, tambaqui, jaraqui, pacu e curimatã. É inadiável que se dê início a estudos de avaliação daqueles estoques que servem de suporte à pesca de peque

na escala que, por se comporem de uma grande variedade de espécies, associada a outros fatores que caracterizam a pesca artesanal, necessitam de técnicas apropriadas de avaliação de estoques.

3.2. Economia Pesqueira - tem por objetivo investigar e acompanhar as variáveis econômicas de todos os setores da atividade pesqueira, como forma de poder orientar aqueles que se dedicam à pesca, e propiciar-lhes compensações mais justas através de melhor estruturação do sistema da comercialização e distribuição do pescado; do melhor aproveitamento das capturas e do produto acabado, bem como do desempenho do próprio parque industrial.

3.3. Tecnologia de Pesca, Pesca Exploratória e Prospecção - tem como objetivo gerar novas técnicas de captura ou adaptar técnicas estrangeiras de modo a torná-las adequadas às condições brasileiras; tornar conhecidas as peculiaridades dos estoques pesqueiros ainda subexplorados, bem como localizar novos estoques, identificando a sua distribuição espacial e sazonal, o seu potencial, e definir técnicas de captura apropriadas à sua captura de tal modo que também a exploração desses recursos seja promovida a níveis racionais.

3.4. Tecnologia de Pescado - tem como objetivo o aprimoramento dos métodos e técnicas de acondicionamento a bordo e em terra, de beneficiamento do pescado, procurando também diversificar as formas de transformação dos produtos originários da pesca. Há, também, a preocupação em melhorar a qualidade dos produtos pesqueiros, via determinação de parâmetros de qualidade para as espécies nacionais.

Subprograma de Implantação dos Centros de Pesquisa com Recursos do PROBID: CERLA, CEPENE, CEPSUL, CEPNOR

Atualmente apenas dois (02) estão operando normalmente - CERLA e CEPENE. O programa carece, até o momento, do necessário apoio institucional para assegurar um desempenho favorável da produção de conhecimento, de vez que não estão previstos recursos adicionais pa

ra a ampliação do número de pesquisas, nem tampouco prevista uma re formulação administrativa que permita oferecer proventos condizen tes com a demanda de pesquisadores experimentados.

4. CONTROLE E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS PESQUEIROS

O Projeto de Fiscalização da Pesca da SUDEPE consiste na fiscalização, em todo o território nacional, das atividades da pesca comercial, desportiva e científica, a fim de fazer cumprir as normas e padrões relativos à conservação e preservação dos recursos pesqueiros; acompanhar as transformações ocorridas no ambiente aquá tico, de maneira a identificar as ocorrências adversas e atuar para a sua correção. Tem, como função complementar, proceder ao Registro Geral da Pesca, que busca cadastrar toda a atividade do setor, quan to a pesquisas, indústrias, embarcações, pescadores profissionais e amadores, clubes e associações, armadores etc.

Para que a exploração dos recursos aquáticos (marinhos e de águas interiores) seja conduzida de maneira racional, permitin do a conservação das espécies e renovação dos estoques, faz-se ne cessária uma fiscalização permanente, exercida por profissionais ca pacitados e dotada dos meios indispensáveis à sua execução, ou seja, recursos humanos, materiais e financeiros suficientes.

A atividade de fiscalização, hoje, passa a assumir cre cente caráter educativo, demonstrado com o lançamento, em 1984, "Cam panha Nacional de Conservação dos Recursos pesqueiros e Incentivos à Fiscalização da Pesca", cujo objetivo reside em demonstrar aos pú blicos diretamente ligados à pesca, prioritariamente, e à sociedade como um todo, a importância dos recursos pesqueiros, para obter sua adesão e apoio à ação de conservar estes recursos.

Estes fatores evidenciaram a importância do projeto em questão, tornando imperiosa a sua continuidade.

5. APOIO À PESCA INDUSTRIAL E À INDÚSTRIA PESQUEIRA

O programa de incentivos fiscais foi, sem dúvida, o gran de responsável pela industrialização da pesca, seja na captura ou no processamento, tendo gerado alguns desacertos como puderam ser apontados no Diagnóstico.

Constitui preocupação da SUDEPE promover um exame mais aprofundado da filosofia política de incentivos fiscais de forma que o pescador artesanal, em associações, venha também utilizar recur sos oriundos dessa fonte.

O PROBID colaborou igualmente para atender os reclamos do setor, sobretudo no que respeita à consolidação da frota pesquei ra. Este programa, na sua fase II, deverá continuar estimulando a melhoria da frota, em especial a sua renovação.

6. COMERCIALIZAÇÃO E ABASTECIMENTO DE PESCADO

Pode-se dizer que este segmento praticamente inexiste dentro das atividades da SUDEPE. A sua implantação deverá contemplar uma estratégia que integre: os programas de abastecimento da COBAL; o Programa Nacional de Alimentação escolar; a política de preços mí nimos e estoques reguladores; a infra-estrutura e entrepostos e ter minais pesqueiros sob responsabilidade da SUDEPE e, finalmente, a ação decisiva das atividades que deverão ser desenvolvidas pelo pro grama Apoio à Pesca Artesanal.

V - PROGRAMAS PRIORITÁRIOS PARA RECURSOS ADICIONAIS

Para atingir os objetivos e metas propostas torna-se im prescindível: reforçar, por um lado, com recursos financeiros suple mentares, certos programas que não mereceram, no passado, a atenção devida; e por outro, captar recursos específicos para o novo progra ma de comercialização e abastecimento.

Uma das fontes de recursos com que deverá contar a SUDEPE, para poder implementar a sua nova política, é o Programa de Desen volvimento Pesqueiro-BID/SUDEPE, em sua fase II, ainda em negocia ções. O PROBID-II foi concebido dentro de uma nova filosofia de ação e constituir-se-á em instrumento vital para atuação da SUDEPE.

Para isso, nele terão prioridade os projetos voltados à produção de pescado de baixo custo e destinado à grande massa da po pulação, preferencialmente sob a forma de salgado/seco, tanto originá rio de águas continentais, com ênfase à piscicultura, quanto de pro veniência da pesca oceânica, seja artesanal ou industrial.

Com vistas a atender os reclamos da nova política para o setor pesqueiro, orientada principalmente para a pesca artesanal e o consumidor mais carente, a SUDEPE elegeu algumas atividades bá sicas a esse fim em cada um dos seus seis grandes eixos de atuação.

1. VALORIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL

A extensão pesqueira, como serviço essencial ao desen volvimento pesqueiro artesanal, deverá merecer tratamento apropria do às novas exigências. Para isso, estima-se necessário o reapare lramento, a ampliação do número de efetivos e a implantação de um programa de recursos humanos que permita um melhor preparo dos seus técnicos para alcançar os principais objetivos do Programa de Apoio à Pesca Artesanal e Aquicultura.

Conjuntamente, o Programa de Crédito e Apoio ao Associativismo/Cooperativismo deverá ser fortalecido como forma de ampliar o nível de organização política, social e econômica do artesanato pesqueiro.

Para tanto o PROBID II prevê a estruturação de um sistema integral, com participação de diversos organismos, destinado ao fortalecimento do movimento cooperativista no setor pesqueiro. Essa iniciativa reveste-se de particular importância na pesca artesanal, uma vez que permitirá a formação de grupos de pescadores que utilizarão a associação como mecanismo de crédito para facilitar seu acesso ao financiamento (o que a atual organização de colônias não permite) além de ensejar a democratização dos critérios de acesso ao crédito.

Em princípio, todo pescador artesanal deverá ser devidamente assistido e, em primeiro lugar, aquelas comunidades de pescadores onde se verifique a necessidade de uma ação mais emergencial.

2. AQUICULTURA

Tratar-se-á aqui de fomentar a produção e distribuição de sementes (alevinos, girinos e post-larvas) com preferência pelas espécies consideradas aptas a serem produzidas por pequenas unidades familiares.

3. PESQUISA

Considerando que um dos mais graves problemas que impedem o crescimento adequado da produção é o pouco conhecimento dos nossos recursos pesqueiros e seu correto manejo, a SUDEPE deverá encetar esforços concentrados na área de Biologia Pesqueira - prospecção de novos recursos e acompanhamento dos níveis bioeconômicos de exploração dos estoques.

De forma complementar às pesquisas biológicas, deverão ser estimuladas, com prioridade, as pesquisas em Tecnologia de Pesca que, comprovadamente, atendam à necessidade de melhorias na produtividade da pesca artesanal.

Sendo a Aquicultura um segmento prioritário será dada, nesse âmbito, ênfase especial às pesquisas que desenvolvam cultivos capazes de ser implementados por pequenas unidades familiares, bem como se estimulará um melhor aproveitamento dos açudes públicos do Nordeste, preferencialmente.

4. CONTROLE E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS PESQUEIROS

A SUDEPE está consciente de que a educação é a única solução para uma boa administração dos recursos pesqueiros no que se refere à necessária vigilância sobre o uso racional da Natureza e, em particular, sobre as pescarias. Por isso, considera indispensável que a atual "Campanha Nacional de Conservação de Recursos Pesqueiros e Incentivos à Fiscalização da Pesca" seja intensificada e prestigiada quanto à alocação de recursos.

Da mesma forma, o atual sistema de controle e preservação dos recursos pesqueiros deverá ser aperfeiçoado para uma nova forma de atuação: mais integração entre a pesquisa e a extensão pesqueira.

5. APOIO À PESCA INDUSTRIAL E INDÚSTRIA PESQUEIRA

Dentro desse segmento dar-se-á prioridade à renovação ou adaptação da frota pesqueira, em consonância com a necessidade de diversificar capturas e dar um melhor aproveitamento aos recursos oceânicos fora do alcance da pesca artesanal.

A redução dos índices de ociosidade do parque fabril dependerá, fundamentalmente, desse apoio e do concomitante esforço que a SUDEPE puder direcionar aos estudos de prospecção marítima, já arrolados como prioritários no item Pesquisa.

Os projetos de produção e processamento de pescado salgado e seco, para venda à população de baixa renda, deverão receber prioridade no que tange ao apoio técnico e financeiro da instituição. O PROBID-II elegeu esse produto como esteio básico do seu programa para a área de comercialização.

6. COMERCIALIZAÇÃO DE PESCADO E ALIMENTAÇÃO POPULAR

Em complementação aos esforços na área da produção, a SUDEPE entende como fundamental a sua participação ativa na organização de um amplo programa que inclua o pescado, em particular o pescado salgado/seco, como produto preferencial de proteína animal, dentro dos Programas públicos de abastecimento alimentar.

Desta forma se estará dando um primeiro passo importante na redução das carências alimentares observadas em grandes setores de nossa população.

QUADRO - I: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL DE PESCADO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA, SEGUNDO AS CATEGORIAS, ARTESANAL E INDUSTRIAL

ANOS	ARTESANAL		INDUSTRIAL		TOTAL
	TONELADAS	%	TONELADAS	%	TONELADAS
1970	270.822	57,2	255.470	42,8	526.292
71	346.197	58,5	245.344	41,5	591.543
72	360.937	59,7	243.736	40,3	604.673
73	423.699	60,6	275.103	39,4	698.802
74	437.622	59,8	293.686	40,2	731.308
75	476.546	62,7	283.196	37,3	759.792
76	399.253	60,6	259.594	39,4	658.847
77	379.439	50,4	373.168	49,6	352.607
78	392.265	48,6	414.063	51,4	806.328
79	345.954	40,3	512.224	59,7	858.183
80	404.281	49,1	418.396	50,9	822.677
81	427.620	51,3	405.543	48,7	833.163
82	445.532	53,4	388.401	46,6	833.933
83	451.571	51,3	429.126	48,7	880.696

FONTE: Estatística da Pesca - SUDEPE/IBGE

Quadro II

**BALANÇA COMERCIAL DE PRODUTOS
PESQUEIROS**

US\$ 1000

ANO	EXPORTAÇÃO (FOB)	%	IMPORTAÇÃO (CIF)	%	SALDO
1970	19.384	100	34.989	100	15.605
1971	27.179	40,2	34.114	-2,5	-6.935
1972	39.491	45,3	33.300	-2,4	+6.191
1973	35.602	-9,8	54.287	63,0	-18.685
1974	48.042	34,9	59.068	8,8	-11.026
1975	43.488	-9,5	60.826	3,0	-17.338
1976	54.761	25,9	53.154	-12,6	1.607
1977	74.895	36,8	54.719	2,9	20.176
1978	98.662	31,7	72.221	32,0	26.441
1979	147.228	49,2	107.363	48,7	39.865
1980	134.627	-8,6	92.057	-14,3	42.570
1981	157.090	16,7	69.823	-24,1	87.267
1982	161.717	2,9	79.602	14,0	82.115
1983	138.268	-14,5	39.669*	-50,2	98.599
1984	179.906	30,1	36.000**	-9,25	143.906**

* (FOB)

**(Valor Provisório)

Quadro III

EXPORTAÇÃO - IMPORTAÇÃO

QUANTIDADE (toneladas)

EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO	
ANOS	QUANTIDADE	TAXA DE CRESC. %	QUANTIDADE	TAXA DE CRESC. %
1970	10.408		62.565	
1971	12.145	16,7	52.328	- 16,4
1972	18.836	55,1	39.924	- 23,7
1973	18.747	0,5	57.645	44,4
1974	16.879	- 10,0	49.591	- 14,0
1975	16.977	0,6	110.017	121,8
1976	15.297	- 9,9	79.408	- 27,8
1977	26.623	74,0	64.855	- 18,3
1978	33.130	24,4	66.662	2,8
1979	30.293	- 8,6	95.845	43,8
1980	37.513	23,8	70.938	- 26,0
1981	53.398	42,3	49.173	- 30,7
1982	51.480	- 3,6	63.057	- 28,2
1983	58.736	14,1	43.252	- 31,4
1984	46.790	- 20,3	34.500 *	- 20,2

* Est.

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTOS PESQUEIROS

1984

Discriminação	QUANTIDADE		V A L O R	
	T.	%	US\$ 1000 FOB	%
Peixes vivos (subtotal)	262,0	0,6	713,3	0,4
Peixes Frescos Refrig. Int/descab.	444,6	0,9	779,1	0,4
Peixes Frescos Refrig. Postas/Filés	171,0	0,4	236,2	0,1
Peixes Frescos/Refrig. (subtotal)	615,6	1,3	1.015,3	0,5
Peixes Cong. Int/descab.	16.647,4	36,6	12.352,5	6,9
Peixes Cong. Postas/Filés	3.808,0	8,1	9.651,7	5,4
Peixes cong. (subtotal)	20.455,4	43,7	22.004,2	12,3
Peixes Seco/Salg. Salm. (subtotal)	4,1	0,0	18,7	0,0
Peixes em conserva	1.487,3	3,2	2.561,5	1,4
Crust. em conserva	10,4	0,0	56,0	0,0
Pescado em conserva (subtotal)	1.497,7	3,2	2.617,5	1,4
Crust./moluscos refrig.	23,8	0,0	273,0	0,1
Crust./moluscos cong.	15.487,8	33,2	147.391,5	81,9
Crust./moluscos refrig./cong. (subtotal)	15.508,6	33,2	147.664,5	82,0
Outros Prod. Subprodutos da pesca (subtotal)	8.446,7	18,0	5.872,8	3,3
TOTAL	46.790,1	100,0	179.906,3	100,0

QUADRO V

ALGUMAS INTERFACES PREVISTAS DENTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

PROGRAMAS \ ÓRGÃOS	PROVARZEAS	EMBRATER	EMBRAPA	COBAL	I.B.D.F	C.F.P.	CIBRAZEM	B.N.C.C.	PROGRAMAS ESPECIAIS	CEPLAC	SNAD	SNAB	SNAP
Valorização da Pesca Artesanal		X				X	X	X	X	X		X	X
Desenvolvimento da Aquicultura	X	X	X	X			X	X	X	X			
Pesquisa			X										
Controle e Conservação dos Recursos Pesqueiros					X						X		
Apoio à Pesca Industrial e Ind. Pesqueira				X		X	X	X					
Comercialização de Pescado e Alimentação Popular				X		X	X			X		X	